

A Crise Global e...

O mundo conhece quase tudo de micro e macroeconomia, mas muito pouco de economia globalizada. A velocidade com que os mercados interligados se movimentam promove a contaminação de economias de regiões tão distantes quanto a Ásia e as Américas e tem colocado em xeque políticas e fórmulas consagradas. Exige decisões rápidas, correções de rumo imediatas, agilidade política. O mundo digital não é mais compatível com governos analógicos, com estruturas burocráticas lentas e técnicos mal informados.

O elenco de medidas anunciado pela equipe econômica mostra que o Brasil começa, enfim, a se adaptar às novas regras do mundo globalizado. Um mundo que opera em tempo real e aloca em questão de segundos, através de gigantescas redes *on line*, montanhas de capital capazes de desequilibrar os mais sólidos mercados financeiros.

A rapidez com que a equipe econômica tomou providências para estancar a fuga de dólares que cobririam posições a descoberto na Ásia mostra que o Brasil aprende depressa. O mercado de ações brasileiro paga o preço, nesse alucinante fluxo de capitais, de estar concentrado em empresas de enorme potencial de lucros e oferecer alta liquidez. Mas ao mesmo tempo expõe a fragilidade do balanço de contas correntes, cujo equilíbrio só se fará com providências duras e vontade política.

As medidas anunciadas ontem mostram que o governo está preparado para tomar decisões corajosas e, se necessário, amargas, principalmente num ano que antecede a eleição. O que está em jogo não é o governo Fernando Henrique, mas o futuro do Brasil. Não é hora para discussões partidárias, mas de atitudes firmes voltadas para os interesses superiores da nação. Estabilidade da moeda, no mundo da economia global, é garantia da democracia. Nessa nova realidade internacional não bastam apenas alguns bons indicadores econômicos, como o que o país ostentou em outubro. É preciso uma economia equilibrada e sólida em seus fundamentos. E o Brasil ainda tem muito a caminhar.

O conjunto de providências tomadas com absoluta transparência, sem cartas escondidas na manga, aberto à nação, como enfatizou o presidente Fernando Henrique em pronuncia-

mento, é desafio lançado à classe política, ao Executivo e mesmo ao Poder Judiciário. É uma situação de emergência. A nação espera que os parlamentares mostrem espírito público e dêem prova de comprometimento com os destinos do país ao validar a proposta posta na mesa. E que o Judiciário perceba a gravidade do momento nacional, impedindo que se repitam episódios do passado recente, quando milhares de ações de natureza política tentaram bloquear o avanço do país, como no caso das privatizações da CSN e da Companhia Vale do Rio Doce.

O ajuste está sendo feito em defesa da moeda nacional. Acima, portanto, de questões menores. Inclusive da sucessão presidencial. Fernando Henrique prova que não reincidirá na síndrome do Plano Cruzado, quando pela demora na correção de rumos e falta de coragem política se permitiu o desarranjo da economia. Quando por razões eleitoreiras o governo manteve a economia aquecida sob o congelamento de preços até a eleição, seis meses depois, quando nada mais poderia ser feito, jogando o país na hiperinflação.

O presidente Fernando Henrique não hesitou em aprovar providências amargas, ainda que transitórias. Impopulares, como a elevação de impostos, dos combustíveis; e dolorosas, como a demissão de funcionários. São gestos de estadista e não de político em campanha. São medidas que atingirão em cheio a classe média e o setor privado. Que certamente melhorarão a receita do Estado, como forma de garantir superávit primário que dará mais segurança ao país diante dos ataques especulativos. Mas ainda é pouco.

Se do lado da receita foi feito o dever de casa, no campo das despesas o ajuste ainda permanece no campo nebuloso das promessas. Espera-se que em breve o Executivo e a classe política anunciem a forma como vão estancar a sangria nos estados, cujas despesas descontroladas pressionam o déficit público. Endividados até o pescoço, os estados precisam de reforma administrativa radical para reduzir gastos e poderem respirar. O cronograma de aprovação das reformas estruturais para enxugar o Estado precisa ficar mais claro. O peso do ajuste não pode ficar somente sobre os ombros do contribuinte.

...a Reação Brasileira

Não há dúvida de que tudo o que o governo teve de fazer agora já devia ter sido feito há muito tempo. Quando apresentou no Congresso, como ministro da Fazenda, o Plano de Ação Integrada, em 7 de dezembro de 1993, Fernando Henrique Cardoso já ressaltara a necessidade de sólida base fiscal para viabilizar qualquer plano de estabilização.

Quando o Plano Real foi lançado, sem base fiscal consistente, mas jogando com as âncoras cambial (câmbio sobrevalorizado) e monetária (juros altos), em 1º de julho de 94, seus formuladores imaginaram que tal política seria temporária. O novo governo teria condições políticas para aprovar as reformas estruturais do Estado.

Com a garantia fiscal, o câmbio poderia ser mexido e os juros reduzidos, abrindo espaço a um crescimento acelerado e auto-sustentado.

Perdeu-se tempo enorme sem se aprovar as reformas constitucionais, mas nada disso vem ao caso. A questão agora é como salvar o país da contaminação da gripe asiática sobre os mercados financeiros, cujas operações de crédito contrafam-se dramaticamente, deixando o Brasil em situação vulnerável. Só ontem os bancos e empresas privadas brasileiras precisavam renovar US\$ 400 milhões em operações de crédito.

Para se entender a dimensão da crise, o Brasil perdeu, em apenas oito dias úteis, pela fuga de capitais aplicados nas Bolsas ou na não-renovação de linhas de crédito, mais de US\$ 9 bilhões das reservas cambiais. Ou quase todo o déficit comercial previsto para este ano. A crise nos mercados internacionais anulou em pouco mais de uma semana o paciente esforço de recuperação da credibilidade brasileira junto aos bancos internacionais, com o acordo de renegociação da dívida em 1992.

Mas o Brasil também demonstrou enorme capacidade de defender o real. As medidas de proteção à estabilidade da moeda implicam desaquecimento geral, aperto para a classe média e recessão para alguns setores. O Brasil terá de fazer o dever de casa atrasado, mas, daqui até o fim do ano, todo dia será dia de vestibular. Não há como fugir.

A crise do México, e mais recentemente a dos tigres asiáticos, ensinou: os países que não souberam defender a moeda pagaram alto preço. A Argentina segurou a paridade de um dólar para um peso e superou a turbulência. O México, em vez de evitar as especulações e a fuga de divisas com o aumento dos juros, deixou vazar oficial-

mente a idéia da defasagem cambial, viu o peso despencar e a economia desmoronar.

Malásia e Tailândia, que têm regimes políticos frágeis e corruptos, repetiram o erro do México. Resultado: pagaram um preço muito maior do que Hong Kong, cuja coragem de elevar fortemente os juros detonou a forte queda de sua bolsa no dia 23 de outubro, com o efeito de um furacão sobre os mercados financeiros globalizados, mas está conseguindo com que sua economia resista à tormenta.

Daí a importância da presença do presidente Carlos Menem no Brasil no dia do anúncio da defesa do real. Os dois principais parceiros do Mercosul precisam mutuamente da estabilidade da moeda para ganhar escala e capacidade de competir na economia globalizada.

A necessidade de rápida recuperação do nível de reservas, diante da incerteza sobre a duração da crise do mercado de crédito, levou o governo a incentivar, via juros altos e maior flexibilidade para inclusão de empresas beneficiadas na concessão de adiantamentos sobre contratos de câmbio, a antecipação do câmbio de exportação.

Com o mesmo objetivo de recuperar a perda de divisas, o governo reajustou as tarifas de energia, tornando mais palatáveis as privatizações do setor, que se estenderão até o fim de 98, e criou um mecanismo para as empresas do Sistema Eletronbrás venderem o seu faturamento no mercado. A Cesp fez isso com grande sucesso.

É certo que haverá forte contenção nas operações de antecipação de receita orçamentária, apertando o caixa de estados e municípios. O Banco Central, que pretende limitar as operações especulativas dos bancos de investimento, também reserva extremo rigor em relação aos bancos estaduais. Só terão ajuda para o refinanciamento de dívidas em três hipóteses: privatização, extinção ou transformação em agência de fomento (portanto, estão condenados). Mas, não houve, ainda, medidas de envergadura para cortar os gastos na carne do setor público.

O governo demonstrou, porém, preocupação em escolher medidas que não implicassem agravamento do custo Brasil. É fundamental que se mantenha a estabilização da moeda e a capacidade de competitividade das empresas brasileiras no comércio exterior, mediante o engajamento de novos segmentos da economia no esforço exportador.

A sorte está lançada. Não há espaço para recuo ou tergiversação.